

## Artigo Selecionado

# Pesquisar com Relevância

*Marcelo Oliveira Lopes Serrano(\*)*

É inquestionável o fato de uma sólida base doutrinária ser fundamental para a eficiência de qualquer exército. Sem ela, os exércitos, embora permanentes e regulares, assemelhar-se-iam, em se tratando de seu emprego em operações, a organizações ad hoc, pois, em face da falta de preparo prévio, em virtude de inexistência doutrinária, seriam obrigados a estruturar-se, organizar-se, equipar-se e adestrar-se, in loco e premidos pelas pressões do momento, em cada situação em que fossem empregados.

Doutrina militar é, pois a antevisão de um conflito e a racionalização de formas de enfrentá-lo militarmente, conciliando meios, técnicas e métodos com o ambiente operacional e com as características peculiares do oponente. A doutrina nutre-se também do aprendizado de experiências passadas e fundamenta-se, em suma, em história, teoria, experimentação prática e inovação.

A doutrina militar é vista pelas forças armadas norte-americanas como *“a expressão concisa de como as forças militares contribuem para o sucesso em campanhas, grandes operações, batalhas e combates”*. É considerada ainda um guia para a ação, que proporciona uma base comum de referência para as forças. Ela auxilia a padronizar as operações, facilitando a prontidão e a eficácia pelo estabelecimento de padrões comuns para o cumprimento de tarefas militares.

Essa é uma visão bastante pragmática, que deixa suficientemente claro que o valor da doutrina não está nela mesma, mas sim no seu resultado, que se materializa na forma objetiva de forças militares operacionalmente eficientes e eficazes.

Doutrina possui um caráter

essencialmente dinâmico. Ela deve evoluir sempre que necessário ou conveniente, em função da transformação das circunstâncias operacionais, do desenvolvimento tecnológico e, em algumas situações, das flutuações do ambiente político e social. A História militar é rica em fatos que corroboram a afirmação de que os fatores acima citados condicionam a evolução doutrinária.

Pode-se afirmar que doutrina só se justifica se, materializada em meios, técnicas e circunstâncias adequados, produzir condizente capacitação operacional, conforme os exemplos históricos deixam bem claro. Portanto, o desequilíbrio entre a doutrina e seus meios de implementação é uma situação a ser evitada. Esse desequilíbrio pode assumir dois aspectos.

O primeiro é a teoria doutrinária não acompanhar a evolução das circunstâncias, ou mesmo deixar de apossar-se do desenvolvimento tecnológico de meios específicos. Um exemplo desse erro tem sido a tradicional relutância das forças armadas dos EUA de desenvolver uma doutrina contra guerra irregular. Sua dolorosa experiência no Vietnã e a velha lição histórica de que um poder militar incontestável só pode ser enfrentado eficazmente por meio de ações do tipo guerrilha, não foram suficientes para motivá-los, o que parece só estar acontecendo agora, após a eclosão da insurreição no Iraque. Outro exemplo, no nível tático, foi dado pelo Exército francês, que já possuía um tipo de metralhadora antes do início da Guerra Franco-Prussiana, mas que, por excesso de sigilo e com receio de que o inimigo, conhecendo a nova arma, desenvolvesse uma semelhante, não a distribuiu à tropa, de modo que sem

(\*)O autor é Coronel da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro, graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente é o subcomandante da ECEME. (Email: maroloserrano@hotmail.com)

experimentação, não foi desenvolvida nenhuma doutrina de seu emprego e conseqüentemente seu uso durante a guerra foi incipiente e praticamente ineficaz.

O outro desequilíbrio tem a ver conosco e configura-se no desenvolvimento da doutrina em desconexão com os meios disponíveis, ou com as circunstâncias que nos são próprias. Definimos Doutrina Militar como sendo o “conjunto harmônico de idéias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas”. Esse conceito expressa a mesma idéia geral da definição norte-americana, mas não o faz de modo tão direto e objetivo. O vínculo essencial entre doutrina e seus meios de implementação está sugerido na idéia de que a doutrina deve representar, **de modo harmônico**, as ações de organização, preparo e emprego. No entanto, os verbos enfatizados nessa definição desviam a atenção mais para o processo de elaboração doutrinária do que propriamente para os seus fins.

Sobre esse nosso desequilíbrio, convém estendermo-nos um pouco mais, pois, obviamente nos interessa. A desconexão de nossa doutrina com os nossos meios resulta principalmente da carência orçamentária que tem impedido, ao longo das últimas décadas, a renovação dos nossos meios de combate e a manutenção de níveis adequados de adestramento. Essa situação levou o Exército a optar pela prioridade absoluta ao ensino, de modo a privilegiar a capacitação intelectual do seu pessoal, na impossibilidade de garantir integralmente a capacitação operacional da Força. As escolas passaram a constituir, quase com exclusividade, o vínculo do Exército com a evolução doutrinária promovida em outros países, principalmente os EUA, em decorrência do enorme desenvolvimento tecnológico dos últimos tempos.

Pode-se questionar se a doutrina não acabou sendo absorvida pelo ensino,

tornando-se uma ferramenta deste para a formação de oficiais intelectualmente atualizados. Na realidade, essa situação tem causado prejuízo ao caráter harmônico da doutrina, devido ao fato de sua elaboração teórica, normalmente de inspiração estrangeira, não poder ser adequadamente respaldada e confirmada por nossa própria experimentação prática. Nossa evolução doutrinária tem permanecido essencialmente teórica. Para cumprir bem sua função de ensino, ela deve evoluir, sempre, acompanhando as tendências dos exércitos mais modernos, porém, como efeito negativo, produz o aumento de sua desconexão com os meios, que permanecem inalterados em seu atraso tecnológico, e afasta-se de sua função pragmática.

No entanto, não se imagina abandonar, pelo menos em curto prazo, esse emprego pedagógico da doutrina, já que suas vantagens continuam a compensar as deficiências citadas. A alternativa a ele resultaria em estagnação doutrinária e na defasagem intelectual de nossos oficiais, sem acarretar nenhuma alteração positiva na situação dos nossos meios. Essa é uma questão que só poderá ser convenientemente sanada com o equilíbrio orçamentário, o reaparelhamento e com a modernização da Força.

Por outro lado, devemos ter em mente que não convém a essa evolução doutrinária extrapolar o atendimento de sua função de manter atualizados nossa base teórica e o nível de conhecimentos do nosso pessoal. Eventual esforço excessivo de aprofundamento teórico da elaboração doutrinária, além do nível estritamente adequado ao cumprimento daquela função, talvez produza mais desvantagens do que vantagens, porque pode ampliar desnecessariamente a desconexão com os meios, sem garantia de efetivo ganho intelectual, devido ao risco de assemelhar-se mais a especulação academicista inócua do que a desenvolvimento doutrinário factível e

necessário. Produziria pouco ou nenhum efeito prático, da mesma maneira que o pedalar de uma bicicleta sem corrente não produz movimento. Essa idéia é importante como argumento para proposição que se seguirá mais adiante.

Essa argumentação concernente à doutrina foi necessária como introdução ao interesse focal deste artigo, que é uma análise da relevância das pesquisas conduzidas na ECEME, e por extensão no Exército, no âmbito de seus programas de pós-graduação (PG). Esses programas são relativamente recentes, iniciaram-se a partir de 2001, mas já se encontram suficientemente implantados a ponto de podermos tecer algumas conjecturas sobre os rumos tomados até aqui e concluir sobre algumas medidas de correção, que eventualmente possam se fazer necessárias.

Convém citar e comentar alguns aspectos legais e normativos da pós-graduação no Exército para, depois, entrarmos especificamente na análise deles. A Lei do Ensino no Exército estabelece que a pós-graduação complementa a graduação e a formação universitária, mas não define exatamente com que finalidade. O Decreto que a regulamenta tampouco o faz. O Decreto estabelece quais programas de pós-graduação podem ser realizados em cada escola, mas não determina objetivamente nenhuma regra para seus funcionamentos.

Em função dessa generalidade no nível legal, o Exército, por intermédio do Departamento de Ensino e Pesquisa, possui liberdade normativa para definir os padrões e os rumos de sua pós-graduação, o que se traduz nas IR 60-37. Essas IR estimulam as escolas a envidar esforços para que todos os alunos se candidatem aos cursos de PG nas categorias mestrado ou doutorado, oferecendo o máximo de vagas para os programas de nível *stricto sensu*.

Creio que essa opção pela quantidade possa prejudicar a qualidade, que, segundo as mesmas IR, é um dos indicadores

para a avaliação dos cursos. Além disso, a pontuação adicional conferida aos concludentes destes cursos induz muitos alunos a buscar a PG, no nível *stricto sensu*, motivados pelo benefício pessoal da maior pontuação e não pelo pendor à pesquisa ou pelo interesse em desenvolver um tema específico em prol do Exército. Esses fatos, aliados à inexperiência acadêmica e, talvez até mesmo, a certa benevolência excessiva por grande parte dos orientadores e membros das bancas de avaliação, têm levado à aprovação de teses e dissertações que, se avaliadas sob outro enfoque, talvez não atingissem nível de qualidade compatível com o padrão de seriedade e excelência que tradicionalmente tem caracterizado o ensino no Exército.

Nota-se, nos trabalhos de PG na ECEME, que as pesquisas realizadas são bem apresentadas, que os trabalhos são bem estruturados e ordenados de forma lógica e racional, o que denota método em sua execução. No entanto, em considerável parcela deles percebe-se certa carência na análise dos dados apresentados, o que demonstra que, apesar de dominarmos a técnica de ordenar, classificar e apresentar idéias, talvez ainda necessitemos aprimorar nossa capacidade de melhor analisá-las. Vários trabalhos têm demonstrado a dificuldade de fazer interagir entre si os resultados das diversas pesquisas feitas e de retirar dessa interação novos conhecimentos frutos de raciocínio próprio. Nesses trabalhos, a pesquisa realizada tende a traduzir-se na simples apresentação ordenada de uma série de informações relacionadas com o assunto tratado.

Outra questão refere-se ao fato de que, em alguns trabalhos, percebe-se que a idéia central dele já está pronta e acabada antes mesmo do início da pesquisa. Nesses casos, a pesquisa seria feita apenas para dar volume e também conteúdo e aparência científicas a uma idéia que, por já estar definida, poderia ser adequadamente

explicitada por meio de um simples estudo de estado-maior. Esse tipo de pesquisa, centrado normalmente nos antecedentes e em assuntos relacionados à questão, sem no entanto influenciar a conclusão já de antemão definida, serviria apenas como moldura “científica” à idéia já pronta. Considerando a já mencionada inexperiência acadêmica de grande parte dos nossos orientadores, não é difícil, durante a fase de apresentação do projeto, mascarar, mesmo que inconscientemente, esse caráter coadjuvante da pesquisa. Um trabalho elaborado dessa maneira é, em minha opinião, pseudocientífico.

O questionário, respondido por oficiais que exercem funções relacionadas com o objetivo do trabalho, tem sido largamente empregado pelos pós-graduandos como meio de caracterizar pesquisa de campo. Julgo que devemos ter bastante cuidado com o tratamento dado às respostas. Essas respostas, supostamente oriundas de peritos nas questões pesquisadas, retratam na realidade o senso comum e não possuem valor intrínseco, a menos que a pesquisa tenha cunho sociológico e seu objetivo seja exatamente o grupo humano do qual os respondentes sejam uma amostragem. A condição de peritos é questionável, na maioria dos casos, pelo fato de que a carência de adestramento e a degradação dos meios impedem a formação desse tipo de peritos pela tropa. O senso comum, representado na forma bruta das respostas, não possui valor científico em si mesmo. Ele deve ser apenas um dado a mais para ser trabalhado durante a análise da questão. Análise esta que, conforme já salientado, nem sempre é adequadamente feita. Resumir-se o autor, nesses casos, a apresentar as respostas e outorgar-lhes a condição de justificativas para suas proposições é um equívoco. Mesmo se admitindo que, em alguns casos, o senso comum possa ter esse valor justificativo, deve-se encará-lo com ressalvas, pois a

elaboração das mesmas perguntas sob outro enfoque, ou a inserção de outras perguntas no questionário, poderia alterar o resultado anteriormente obtido. Se Nicolau Copérnico tivesse baseado seus estudos no senso comum de sua época, talvez tivesse ratificado a idéia de que o Sol gira em torno da Terra.

As questões apresentadas até aqui se referem apenas a desvios na execução dos programas de PG. A questão a seguir é, em minha opinião, de fundo e se refere diretamente à natureza e aos objetivos da PG no Exército.

A simples leitura da relação das teses e dissertações feitas na ECEME até 2007 nos leva à conclusão de que há uma clara e forte predileção por assuntos doutrinários de nível tático, seguida por assuntos de outras naturezas, mas de cunho setorizado. Nota-se que o interesse majoritário concentra-se numa visão voltada para dentro da Força e, nessa visão endógena, a aspectos particularizados e pontuais dela. Há várias explicações possíveis para essa tendência e não é o escopo deste artigo abordá-las em profundidade. Mas creio que, para nós, seja mais fácil essa abordagem, visto tratar-se de coisas mais palpáveis e concretas, com as quais já temos familiaridade. No que concerne à doutrina tática, esta apresenta um sólido corpo idéias, materializado em manuais, capaz de sistematizar todas as formas básicas de atuação, pois todas as ações táticas, bem como seus desdobramentos, são restritas em número e perfeitamente conhecidas e, conseqüentemente, passíveis de serem aprendidas com relativa facilidade. Isso não acontece com a estratégia, que é muito mais fluída e cuja sistematização doutrinária, apesar de vasta, é insuficiente como ferramenta intelectual e de ação. Ao contrário da tática, as ações estratégicas são inextinguíveis, daí sua fluidez e dificuldade, bem como a aversão que provoca.

Quanto a isso, creio que seja

adequado recorrer ao Princípio de Ockam, que estabelece que se um fenômeno pode ser adequadamente explicado de uma maneira simples, qualquer explicação mais complexa dele é, muito provavelmente, equivocada ou desnecessária. Temos atribuído a questões táticas e pontuais o valor científico de dissertações e teses, quando na realidade, em virtude dos limitados fatores que condicionam essas questões, bastariam os instrumentos do estudo de estado-maior ou, tratando-se da pós-graduação, do trabalho de conclusão de curso, no nível lato sensu, para dar adequado tratamento a esses assuntos.

Evidentemente, há contra-argumentos plausíveis a esse ponto de vista. Pode-se dizer que o caráter científico de nível mestrado e doutorado é dado pela profundidade da pesquisa, independentemente do assunto pesquisado. Mas aí, volta-se à liberdade que temos de estabelecer os objetivos e os rumos da PG no Exército e faz-se a pergunta sobre o que é mais interessante para a Força: o caráter objetivo da pesquisa ou a abordagem profundamente acadêmica, geradora de conhecimentos que ultrapassam seu interesse prático e extrapolam sua necessidade, de acordo com o argumento apresentado no início deste artigo?

Em virtude do acima exposto, acredito que a pós-graduação no nível stricto sensu deva restringir-se a assuntos de nível político-estratégico, ou a assuntos administrativos que impactem o Exército como um todo, situando-se portanto naquele nível. Não devemos descartar os outros temas, mas eles podem ser tratados adequadamente no nível lato sensu. Coerentemente com esse ponto de visto, julgo que a PG na EsAO não deve abranger o nível stricto sensu.

Convém ainda considerar os objetivos da PG. Acredito que haja dois objetivos preponderantes: produzir conhecimentos úteis para o Exército e promover o intercâmbio com instituições

acadêmicas civis e inserir e promover os pontos de vista do Exército no debate nacional sobre defesa e segurança, o que, tudo indica, vai fortalecer-se e aprofundar-se daqui por diante.

Para atingir o primeiro objetivo, vimos que não há necessidade de dar profundidade científica a assuntos doutrinários de natureza tática ou de interesse pontual. Mesmo porque, no que se refere a esses assuntos, é difícil na realidade dar-lhes tal profundidade, devido à natural limitação das fontes de pesquisa: o número restrito de manuais específicos sobre o assunto, nacionais ou estrangeiros, artigos em revistas militares e outras monografias que, por sua vez, basearam-se na pesquisa dos primeiros. E para atingir o segundo objetivo, os assuntos desta natureza não são relevantes. Temos que desenvolver produção acadêmica capaz de ser apresentada e defendida em seminários e conferências, ou publicada em revistas que tratem da questão. Para este fim, trabalhos versando sobre detalhes da organização de forças e a capacitação delas para cumprirem tarefas específicas no nível tático não serão úteis, já que não terão interlocução com o meio acadêmico civil e com o meio governamental, onde acontecem os grandes debates e as grandes decisões são tomadas. É importante que, para cumprir esse objetivo, situemos nossas teses e dissertações no nível político-estratégico, o nível dos resultados finais, e que o curso de pós-graduação seja um ponto de partida para a produção de pesquisas úteis ao Exército e ao País e não um fim em si mesmo, marcado pela aprovação da tese ou dissertação.

Encerrando, creio que devemos atribuir maior prioridade à qualidade do que à quantidade dos trabalhos de nível stricto sensu. Do mesmo modo, julgo que devemos atentar para que eventuais desvios sejam corrigidos, a fim de que, à pesquisa realizada, siga-se cuidadosa análise, que contribua efetivamente para a formação da convicção

final do autor. E o mais importante: no que concerne ao mestrado e doutorado, que superemos a nossa predileção, atração e intimidade com tudo o que se refere à doutrina tática e tudo que lhe é correlato e que nos concentremos adequadamente no nível político-estratégico.